

d) da atribuição da responsabilidade de desenvolver projetos de EaD a consórcios; e) da ausência de concursos para contratação de docentes e técnicos para assumirem as novas funções na EaD.

Mesa 4: Avaliação Educacional – Avaliação Das Políticas Educativas

Dia: 01/05

Horas: 17h00

Sala: ESE – 1.43

Moderador: António V. Bento

42 - AS ESCOLAS A TEMPO INTEIRO NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA: O REDESENHAR DO ENSINO NO 1º CICLO ATRAVÉS DE UM NOVO MODELO EDUCATIVO

**Alice Mendonça
António V. Bento**

No momento em que se equacionou a operacionalidade do modelo escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e se concluiu que o mesmo não correspondia às expectativas e necessidades familiares hodiernas, a Região Autónoma da Madeira apostou na criação de um novo modelo escolar que correspondesse às exigências actuais.

Foi neste contexto que se regulamentou e implementou o regime das Escolas a Tempo Inteiro (ETI) no Arquipélago da Madeira.

Contestado por alguns e enaltecido por outros, pretendemos com esta comunicação dar a conhecer as directrizes deste modelo educativo.

Deste modo, numa primeira etapa especificamos a emergência da sua implementação, as directrizes do seu funcionamento, a base funcional da sua existência e ainda os objectivos subjacentes à sua criação.

Num segundo momento, tomando como base uma investigação acerca da eficiência deste modelo, aferimos as suas implicações e damos a conhecer o que pensam deste modelo, pais, professores, alunos, funcionários e outros agentes implicados neste processo.

As conclusões permitem delinear as perspectivas futuras deste modelo educativo que ora se redesenha no espaço continental.

Palavras-Chave: Escola a tempo inteiro, política educativa, 1º ciclo, implicações e desafios.

28 - A FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES VISTA POR DIRECTORES DOS CFAE: ALGUNS RESULTADOS PRELIMINARES DE UM ESTUDO DE AVALIAÇÃO

**Ana Mouraz (FPCE-UP)
Amélia Lopes (FPCE-UP)**

Nesta comunicação apresentam-se e discutem-se alguns resultados preliminares do Projecto Avaliação da Formação Contínua de Professores², o qual, seguindo os termos de referência do Conselho Científico-Pedagógico da

²Projecto desenvolvido por uma equipa de investigadoras do núcleo de investigação Escola Currículo e Formação de Identidades do Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Formação Contínua de Professores tem por objectivo principal **produzir conhecimento** sobre a Formação Contínua de Professores, tal como foi realizada até 2008, **ao nível do seus efeitos nos contextos educacionais, na prática docente e na formação-aprendizagem dos alunos.**

Os Directores dos Centros de Formação e Associação de Escolas (CFAE), interlocutores privilegiados deste trabalho de investigação, foram os principais actores desse ciclo de formação contínua de professores, terminado em Julho de 2008.

Esta comunicação pretende dar conta e reflectir sobre alguns dos resultados obtidos a partir da análise das respostas de 32 Directores de CFAE (na configuração que eles tiveram até 2008) ao Guião de Auto-Avaliação: o trabalho desenvolvido pelos CFAE e as opções que lhe deram forma, resultantes do entendimento e das contingências da acção de que os directores dos CFAE foram protagonistas nos 15 anos de formação contínua a que o projecto referido se reporta.

Numa primeira parte, dá-se conta das características dos Centros respondentes; depois, procede-se à apresentação descritiva dos dados quantitativos e qualitativos; numa terceira parte, alguns desses dados são objecto de estudos inferenciais e de cruzamento com outros provenientes de recolhas relativas às escolas associadas a cada CFAE; finalmente, numa quarta parte, identificam-se quer as tendências, quer as questões em aberto a que este conjunto de dados permitiu chegar.

No que concerne as grandes tendências que a formação contínua de professores foi seguindo nos últimos 15 anos, os resultados vão ao encontro dos de outros estudos, quer de recolha de opinião quer de análise documental: a crescente importância da formação mais centrada na instrumentalização das práticas e a relevância dos constrangimentos financeiros e das orientações nacionais na configuração dos planos de formação. Quanto aos efeitos da formação contínua de professores nos resultados escolares dos alunos, constata-se que, nas escolas associadas aos CFAE em estudo, não se verifica uma tendência clara que permita relacionar a formação com os resultados escolares; os estudos de significância estatística permitem dar conta apenas de relações pontuais.

22 - POLÍTICAS DE CONSTRUÇÕES ESCOLARES: CONHECIMENTO, DECISÃO POLÍTICA E ACÇÃO PÚBLICA

Ana Patrícia Almeida

anapatricia@isec.universitas.pt

Esta comunicação pretende dar conta de um projecto de investigação sobre as *Políticas de Construções Escolares*, que se insere no âmbito de um curso de doutoramento em Ciências da Educação, sob o tema aglutinador “Conhecimento, decisão política e acção pública”. É no interior deste espaço que o objecto de estudo é construído, mobilizando para tal contributos teóricos oriundos de diversos campos disciplinares, tais como a sociologia, a ciência política, a análise das políticas públicas. Animado, assim, por um debate acerca das transformações do papel e das formas de intervenção do Estado no governo da educação, este projecto procura constituir um compromisso com a compreensão das relações entre conhecimento, decisão política e acção pública (CARVALHO, 2007).

O estudo proposto parte de um conjunto de modelos teóricos e de conceitos no âmbito da análise das políticas públicas e segue uma perspectiva construtivista³, que aplicada à análise das políticas públicas, se situa num quadro teórico que sublinha a natureza socialmente construída da realidade e que entende a política como um processo sócio-cognitivo construído.

Tradicionalmente, a ciência política, conceptualiza as políticas públicas de uma forma redutora, “*apenas em torno dos dispositivos formais de governação (produção legislativa e normativa, actividade executiva das autoridades públicas) numa perspectiva predominantemente jurídica e administrativa*” (AFONSO, 2007, p. 1), dando primazia ao impulso governamental e à acção do Estado.

Assistimos actualmente ao alargamento da visão tradicional de política pública e consequente adopção de uma abordagem da acção pública. No âmbito desta abordagem, “*são consideradas as acções das instituições públicas e de uma multiplicidade de actores, públicos e privados, oriundos quer da sociedade civil quer da esfera estatal, que agem em conjunto, em interdependências múltiplas, ao nível nacional mas também local e supranacional, para produzir formas de regulação das actividades colectivas.*” (COMMAILLE, 2006, p.. 415).

da Universidade do Porto (FPCEUP), a partir do estabelecimento de um protocolo entre o Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua e a FPCEUP com o acordo do Ministério da Educação.

³ Nesta perspectiva construtivista Ball (1994) sublinha que a análise das políticas públicas deve se interessar por dois tipos de contexto: o contexto da formulação e produção das políticas e o contexto da sua aplicação/implementação, que compreende um trabalho de reinterpretação, adaptação e transformação das políticas no qual se envolvem continuamente os actores locais.